



EUROCENTRISMO, NAZISMO E INTEGRALISMO NO DESENVOLVIMENTO DE BLUMENAU E SUAS CONSEQUÊNCIAS: RACISMO, INVISIBILIZAÇÃO, EXCLUSÃO

Nelson A. Garcia Santos, Doutor, Universidade Regional de Blumenau. Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional

Resumo

Visando contribuir com as reflexões sobre desenvolvimento urbano, inclusão social e minorias, apresenta-se este artigo que evidencia o eurocentrismo, o nazismo e o integralismo no desenvolvimento da cidade de Blumenau (SC). A partir destes fundamentos, veremos que existiu um conjunto de práticas racistas com os povos originários e negros desde a formação da colônia, favorecendo não a inclusão social, mas sobretudo, a expulsão dos indígenas da cidade e a invisibilização de negros, colocando-os para trás dos morros da cidade, longe das vistas das pessoas brancas e ricas. Apresenta-se que, embora os colonizadores alemães, que para cá vieram não convivessem com a escravidão em seu país, eles conheciam teorias racistas que colocavam as pessoas brancas como superiores as pretas e indígenas. Com a chegada do nazismo e do integralismo essa concepção de relação racista entre humanos se amplia e efetiva-se ações que expulsam as pessoas pretas do centro da cidade. Este artigo, entretanto, não fica apenas na apresentação dos efeitos que as abordagens eurocêntricas, nazistas e integralistas proporcionaram às pessoas originárias e pretas. Apresenta, também, abordagens que podem contribuir para avançar na construção de um esperar rumo a uma cidade melhor, através das perspectivas do bem viver, da cosmovisão do ubuntu, de uma educação para além do capital e das contribuições da tecnociência. As informações que aqui se apresentam resultam de pesquisa bibliográfica e de entrevistas com pessoas pretas nascidas na “aldeia” Blumenau.

Palavras-Chave: Blumenau; nazismo; integralismo; racismo; invisibilização



Introdução

Através da abordagem histórico-sociológica, apresenta-se aqui, informações sobre teorias eurocêntricas que definiram traços de uma cidade racista contra índios, negros, mestiços e luso-brasileiros e que impediu a efetiva participação dos povos indígenas e de negros/as no desenvolvimento da cidade de Blumenau, Santa Catarina. Evidenciaremos que pelo uso de teorias racistas, as lideranças da cidade desenvolveram políticas de perseguição aos povos originários, expulsando-os da cidade e matando-os, bem como, políticas de invisibilização da população negra colocando-os para de trás dos morros, longe das vistas dos moradores brancos e dos eventuais turistas que por aqui chegavam. A partir de tais políticas, não se teve a inclusão social de indígenas e de negros. Estes, viveram sim, em situação de vulnerabilidade social, enquanto a cidade crescia e se desenvolvia rumo ao urbano embranquecido.

Apresentaremos, também, considerações sobre o nazismo e o integralismo na formação da identidade blumenauense. Esses movimentos, construíram formas de pensar, sentir e agir em muitos dos que fizeram e estão fazendo a história da cidade. Nesta história, podemos encontrar as bases do atual conservadorismo que dá vez e voz para os defensores do slogan Deus, Pátria e Família, além de manter indígenas e negros na invisibilidade. Como meio de manter viva a esperança, dedicaremos algumas linhas sobre abordagens teóricas transformadoras que nos possibilite avançar na utopia de uma cidade melhor, já que, estamos vivendo um momento de esperanças, do verbo esperar, rumo a cidade mais inclusiva, menos homofóbica, menos racista e menos agressora ao meio ambiente.

A relevância desta temática está no fato de que na história oficial de Blumenau muito pouco se fala sobre as ações contra os povos originários, assim como, sobre a utilização da mão de obra escrava no período da colonização, proporcionando, assim a internalização da história desconectada com a verdade e um processo de desenvolvimento descomprometido com os seres humanos não brancos. Entretanto, para que uma realidade possa ser mudada, há que se conhecer os fundamentos que sustentam os fatos históricos-sociológicos e, a isso nos propomos: mostrar como foi um pouco da relação entre os colonizadores e os indígenas que aqui viviam; explicitar que se teve o uso do trabalho escravo, bem como, apresentar aspectos das teorias que sustentaram as práticas racistas de vários colonizadores que por aqui chegaram.

A metodologia para obtenção dos dados aqui apresentados, se deu a partir da pesquisa bibliográfica e por entrevistas realizadas com pessoas negras da cidade, cujo resultado está assim estruturado: além dessa introdução, apresenta-se, no item a seguir, práticas racistas contra indígenas e negros na formação da colônia Blumenau, mostrando que aqueles foram



perseguidos e assassinados, enquanto negros e negras serviram de mão de obra escrava nos primeiros anos do desenvolvimento da colônia. Em seguida, destaca-se algumas teorias racistas, fundadas no eurocentrismo, no nazismo e no integralismo. Posteriormente, tratamos sobre a prática de invisibilização das pessoas negras a partir do final dos anos de 1940 e manifestações de racismos sofridos por moradores da cidade. Em seguida, sugere-se a adoção de algumas abordagens que poderão minimizar a continuação de práticas racistas e invisibilizadoras em Blumenau e, finalmente, apresenta-se conclusões não definitivas, mas que, certamente, contribuem na reflexão para a construção de um desenvolvimento urbano com mais inclusão social, e mais esperança.

Práticas racistas contra índios e negros na formação de Blumenau

Uma primeira manifestação de racismo identificada no processo de colonização de Blumenau, aconteceu com a criação - pelo Governo da Província - da “companhia de pedestres”¹, também denominado “soldados pedestres”. Ela foi uma força de proteção aos moradores diante das “ameaças” dos nativos (RENAUX, 2000) e visava garantir ao colonizador a proteção de eventuais ataques dos povos originários da região - Kaingang e Xokleng, (chamados pelos colonizadores de bugres).

Outra prática racista contra os povos que aqui viviam, se deu pela união dos colonos para contratar homens para caçar e matar os indígenas, pois estes eram vistos como perigosos e ameaçadores ao desenvolvimento da colônia. O nome que melhor representa tais caçadores é o de Martinho Bugreiro, que recebia o pagamento por pares de orelhas entregues aos colonizadores. Através dele, os adultos eram assassinados e as crianças sequestradas para serem “adotadas” por famílias abastadas da cidade para realizarem tarefas domésticas em troca de educação, como mostra texto de José Ferreira da Silva (membro do integralismo local, como veremos adiante):

À medida que a civilização avançava, os bugres recuavam. E a cada recuo, iam mais cheios de ódio, com renovados propósitos de vingança. Turmas de bugreiros percorriam a floresta, em verdadeiras caçadas ao gentio. Arrazavam-lhe os pousos, afugentando ou matando os adultos, arrecadando as crianças (...) os bugreiros voltavam com duas dúzias de bugrinhos, piás e raparigas, uns quase de colo, outros beirando a puberdade. Depois de batizados em grande e aparatosa solenidade (...) foram distribuídos a famílias de respeito e de posses, que se obrigavam a educá-los como filhos, cristãmente (Blumenau em Cadernos, 1960, p. 233).

¹ Esta foi instituída pela lei nº 28, de 1836, para “proteger, auxiliar, e defender os moradores de qualquer assalto do Gentio, malfeitores e fugitivos, perseguindo-os até seus alojamentos, quilombos ou arrachamentos, fazendo todo o possível por apreendê-los, e no caso extremo de resistência, destruí-los” (Lei provincial n. 28 de 25/4/1836, art.1 §4, apud VOIGT, 1999, p. 25).



Porém, na história oficial de Blumenau, contada pelos vitoriosos brancos, percebe-se a omissão sobre estas perseguições, matanças e sequestros sobre os indígenas que aqui viviam. Quando não esconde, a narrativa dos opressores, apresenta o conflito como necessário para o desenvolvimento da região e mostra o colonizador como herói que cumpriu sua obrigação para o bem da cidade.

Outro aspecto racista, nos contos oficiais sobre a história de Blumenau, é não falar sobre a existência de escravos na colônia. Aliás, valoriza-se muito a ideia de que o então proprietário da colônia, Dr. Blumenau, proibia o uso e o comércio de escravos. Entretanto, vasculhando a história, vê-se que tal realidade era um pouco diferente. Por exemplo, quando Peter Wagner, primeiro morador da futura nova cidade, encontrou Hackradt (sócio de Dr. Blumenau na colônia), isso em 1848, nas proximidades de um ribeirão, que viria a ser chamado 'da Velha', Hackradt estava comandando a construção de ranchos, roças e engenhos, através do uso de mão de obra de cinco escravos (RENAUX, 2000; MOSER, 2016). Além disso, ainda em 1848, Dr. Blumenau escreveu carta ao cunhado e amigo Götter, onde diz: "escreverei a Hackradt (...) e com aquele dinheiro que ele ainda tem lá, poderá comprar mais 6 ou 7 negros. Então teremos 12" (BLUMENAU, 1848, apud VOIGT, 1999, p. 45).

O doutor Blumenau pode ser considerado abolicionista. Entretanto, ele teve que recuar em relação a sua posição devido a acordos feitos com o governo imperial para obter apoio institucional e financeiro para sua colônia particular. Esse recuo fica evidenciado, por exemplo, na carta escrita em setembro de 1846, ao abolicionista Sturz:

Por tudo neste mundo peço-lhe, porém, de deixar de lado a desgraçada história dos escravos, abolição, tráfico de escravos e outras coisas semelhantes. O Sr. não consegue nada com isto, estragam para si o que teriam podido ganhar, e adquirem ainda mais inimigos, do que já tem. Eu próprio fico em perigo[...] (STURZ, 1868, apud VOIGT, 1999, p. 51).

De acordo com Petri (1988), em 1882, Pedro Wagner adquiriu mais escravos e, em 1883, José Henrique Flores Filho, quando se transferiu de Itajaí para assumir a presidência da Câmara Municipal de Blumenau, trouxe consigo seus escravos. Um dos proeminentes donos de relativo número de escravos era o proprietário de terras em Gaspar, tenente Capitão Henrique José Flores (PETRI, 1988, s/p). Assim, a colônia "loura Blumenau", foi se estruturando com o que Anibal Quijano (2005) denominou de "Divisão Racial do Trabalho", onde havia a mão de obra escrava, que não podia ser proprietária, nem comerciante, nem agricultor, tinha que trabalhar mas, não podia receber salário, pois a sua inferioridade racial implicava que não eram dignos do pagamento de salário e havia, também, os proprietários de terras, de comércio, médicos, sapateiros, industriais e trabalhadores que trabalhavam e



recebiam salários. Para os historiadores Marlon Salomon e André Voigt (apud MOSER, 2016), cerca de 800 escravos viviam no Vale do Itajaí, próximo da abolição.

Teorias eurocêntricas fundamentando práticas racistas

Cabe destacar que os colonos que para cá vieram, não conheciam o regime escravista em sua terra natal. Lá, se vivia o modo de produção capitalista com uma efetiva relação entre capital e trabalho, com uma mão de obra livre, que vendia sua força de trabalho. Cumpre lembrar, também, que a “ciência das raças” estava sendo gestada na Europa há algum tempo. No Brasil, especificamente, ela era conhecida, pelo menos, desde 1860. Tal “ciência”, fundamentada na hierarquia das raças, defendia a branca como superior. A desqualificação dos não brancos se fazia pela suposta incapacidade destes ao trabalho livre, dificultando, assim, o fim da escravidão. A escravização e o trabalho eram naturalizados, não se cogitando nem a abolição nem a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre (BUTZKE; THEIS; SANTOS, 2022, p. 6).

O darwinismo social, por exemplo, cujo fundamento era o determinismo racial, entendia que as raças não podiam ser melhoradas e, por isso, o cruzamento racial era entendido como um equívoco, que proporcionaria a degeneração racial e social. Assim, para muitos colonos os negros, índios e mestiços eram tidos como aqueles que só têm mão de obra para dar; cultura não eles não têm. Tal concepção, se diferenciava da teoria evolucionista que, também estava presente na forma de pensar de muitos viventes da colônia Blumenau e entendiam as diferenças dos grupos étnicos como passageiras, ou seja, partiam da ideia de que todos os grupos passariam pelos mesmos estágios de desenvolvimento. Tal tese da miscigenação se uniu, a partir de 1850, ao discurso e à prática nacionalista, visando a formação da nação através do branqueamento da população e a constituição de uma futura raça histórica brasileira, juntamente com a ocupação do território. Estas posturas, faziam parte das políticas imigratórias (SEYFERTH, 1996 apud BUTZKE; THEIS; SANTOS, 2022).

Outra teoria difusora do racismo foi a idealista de Hegel, que apresentava os negros como uma raça inferior e que não tinha capacidade de se autogovernar. Ele difundiu a ideia do ‘*mundo germânico*’, “cuja consciência se desenvolverá até constituir um reino do Espírito Real e, podemos chamar germânicas as nações às quais o Espírito do Mundo confiou seu verdadeiro princípio. (...) É o reino da liberdade concreta” (HEGEL, In: CORBISIER, 1981, p. 141).

Estas teorias construíram as bases do eurocentrismo, caracterizado por ser uma forma de saber/poder em que a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados se fundamenta na ideia de raça e com uma suposta estrutura biológica que situava uns,



naturalmente, em situação de inferioridade em relação aos outros. Com tais fundamentos, os colonizadores expropriaram as populações colonizadas; reprimiram suas formas de produção de conhecimento, seus padrões de produção de sentidos, seu universo simbólico, seus padrões de expressão e de objetivação da subjetividade; forçaram os colonizados a aprender a cultura dos dominadores no campo da atividade material, tecnológica e religiosa (QUIJANO, 2005) e efetivaram, assim, o epistemicídio (MACHADO, 2019) sobre os povos africanos e seus descendentes, bem como, com os povos originários da América e sobre os que viviam na região do Vale do Itajaí.

Ao desnudarmos a história do processo de colonização de Blumenau e do Vale do Itajaí, vimos que os vitoriosos (colonizadores) a contam pelo viés eurocêntrico (racista), escondendo a matança dos indígenas e o sequestro de suas crianças, assim como, o epistemicídio e a invisibilização de negros no processo de desenvolvimento da cidade, exatamente para omitir práticas racistas que na época se efetivavam como, por exemplo, pela fala de Eugen Fouquet em 1898 (apud SEYFERTH, 1982): “Uma mistura com africanos e mestiços devemos repelir com firme resolução. Pretender formar com o cruzamento continuado de todos os diversos elementos que estão representados no Brasil uma nação culturalmente homogênea é uma ideia desconcertante” (SEYFERTH, 1982, p.61).

O que se percebe na narrativa histórica dos senhores brancos de Blumenau é a tentativa de invisibilizar a presença dos povos originários e de negros e negras do desenvolvimento local de Blumenau. Segundo a antropóloga Ilka Leite (1996,) a invisibilidade “é um dos suportes da ideologia do branqueamento, podendo ser identificada em diferentes tipos de práticas e representações. (...) Não é que o negro não seja visto, mas sim que ele é visto como não existente” (LEITE, 1996, p.41).

Soma-se a estas teorias, duas situações que aprofundaram a narrativa histórica racista: o nazismo e o integralismo. Ambos, defendendo doutrinas que se aproximavam do nacionalismo, do autoritarismo, da intolerância, do anticomunismo e do racismo. A aproximação entre os dois movimentos “levou ao estabelecimento de uma estreita rede de colaboração entre nazistas e integralistas, revelada em folhetos, artigos, reuniões e troca de correspondências, sugerindo que a aproximação integralista com o nazismo foi mais forte do que o próprio integralismo admitia” (CRUZ, 2004, p. 44).

O nazi-integralismo em Blumenau

Em 1932, aconteceu em Blumenau, um encontro de professores alemães e teuto-brasileiros, onde se viu, pela primeira vez, pessoas trajando uniformes nazistas (ZANALETTO, 2013, p. 4). A simpatia ao nazismo estava presente em vários jornais da região e para os nazistas a



comunidade nacional alemã, fundamentada em torno da concepção de mundo nacional-socialista era formada não só pelos nascidos em solo alemão, mas também, pelos descendentes de alemães no estrangeiro (FROTSCHER, 1998).

No jornal Diário da noite do Rio de Janeiro, de 1944 (edição 03606), encontra-se a afirmação de Edmar Morel, enviado especial do jornal ao Vale do Itajaí sobre o nazismo na região:

no Vale do Itajaí, conheci dois tipos de alemães. O alemão que chegou antes de 1914, homem inteiramente dedicado à lavoura e o alemão que ali aportou depois da grande guerra, em 1918 até 1937. Enquanto o primeiro vivia na terra, vivendo inteiramente à margem da vida nacional, o segundo, formado na escola do pangermanismo e de Hitler, laçavam mão de todos os recursos imagináveis, formando um perigoso quisto nazista no Brasil, o maior da América. Daí, a geração velha viver em luta com a geração nova. Na peleja, venceu, é claro, a corrente nazista, pois os filhos dos primeiros colonizadores, os descendentes dos alemães que chegaram ao Vale do Itajaí depois de 1918 e os nazistas formaram um só grupo a serviço de Hitler (DIÁRIO DA NOITE, 1944).

Continua, o enviado especial, agora transcrevendo as palavras do capitão Antônio de Lara Ribas (delegado da Ordem Política e Social, no período de 1938-1943), dizendo que nas cidades do Vale do Itajaí havia, nos dias de festas comemorativas as datas alemãs, “espetáculos contristadores, diante das fanfarronadas e passeatas caracteristicamente, realizadas pelos nazistas fardados, ostentando bandeiras e flamulas com a cruz suástica” (DIÁRIO DA NOITE, 1944) e, continua Ribas afirmando que os nazistas,

irmanados de corpo e alma com os milhares de teuto-brasileiros e brasileiros natos, sob a trilogia ‘Deus, Pátria e Família’, explorada pela Ação Integralista, eram os donos do Vale do Itajaí. Só em Rio do Sul existiam 3032 adeptos do sigma e da cruz suástica, com obediência cega ao Sr. Plínio Salgado e ao Sr. Adolfo Hitler. Em Blumenau 7147; em Harmonia 1150; Rodeio 1053; Timbó 1637 (DIÁRIO DA NOITE, 1944).

A partir de 1936, informa o enviado especial do jornal, começou o slogan “quem não for integralista é comunista”. E, tanto nazistas, quanto integralistas eram veementemente contra o comunismo. Quanto a Ação Integralista Brasileira (AIB), este foi um movimento político inspirado nos fascismos europeus e criado por Plínio Salgado no início de 1930. Em Santa Catarina, o movimento se intensificou a partir de 1934 e naquele ano já contava com 26 grupos (CRUZ, 2004). De acordo com Ewald Baericke – um dos fundadores do núcleo integralista de Itajaí – desde março daquele ano, “o movimento tem organização idêntica ao nacional-socialismo alemão. (...) Hoje acabamos com o Triunvirato e adotamos o princípio nacional-socialista de chefia, com o *führer* e subchefes em cada Estado e municípios” (CRUZ, 2004, p. 51).

Seu projeto de nação pode ser assim resumido: “construção e formação de uma homogeneidade étnica e cultural, cujo meio de se alcançar tal objetivo é a miscigenação racial



ou caldeamento étnico e cultural, tendo como resultado almejado o predomínio da raça e cultura brancas” (CRUZ, 2004, p. 109). Esta postura, se diferencia do racismo nazista que se baseia na “segregação ou separação das etnias e culturas distintas, fazendo com que a homogeneização da população de uma nação seja alcançada por meio do princípio da pureza racial” (idem, p. 116), ambos posicionamentos foram aceitos por parte significativa da comunidade blumenauense e do Vale do Itajaí.

O nazismo, por ter melhorado as condições de vida dos que na Alemanha viviam e pelos discursos de Hitler que obtinham bastante sucesso. O integralismo, como uma nova opção política para os que não reconheciam os republicanos e os liberais como seus representantes (HACKERNHAAR, 2019), tendo em vista o descontentamento com os republicanos, diante do resultado das eleições de 1933 em que eles foram vitoriosos em Blumenau. Tal vitória, possibilitou ao então interventor, Aristiliano Ramos, dividir Blumenau em quatro novos municípios em fevereiro de 1934: Gaspar, Indaial, Timbó e Dalbérgia (Hamônia).

Em outubro de 1935 (dias 6, 7 e 8), realizou-se em Blumenau a comemoração do terceiro aniversário da AIB e o primeiro Congresso das Províncias do Sul do Brasil². Participaram do evento, integralistas de sete estados (ou províncias como chamavam os camisas-verdes), que marcharam pelas ruas de Blumenau no desfile de domingo. Sobre o número de participantes, o jornal A Gazeta estimou em mais de 40 mil. Já para um integralista que participou, diz que entre homens e mulheres havia 10 mil pessoas (HACKERNHAAR, 2019).

Nas eleições de 1936, os integralistas elegeram 8 prefeitos em Santa Catarina e 72 vereadores, sendo a maioria constituída por descendentes de imigrantes alemães e italianos. Em Blumenau, foi eleito prefeito o integralista, Alberto Stein. As propostas integralistas foram passadas através de livros e jornais sendo, estes últimos, o principal meio de popularização das doutrinas integralistas. A Câmara Municipal, no período de 1936 a 1938, era formada por 15 vereadores, sendo 12 adeptos da Ação Integralista Brasileira.

Na cidade, publicava-se almanaques (*Kalender*), em alemão e em português, cujo público-alvo eram os ‘camaradas alemães’ – jargão usado pelos nacional-socialistas. Em editorial do almanaque de 1936, por exemplo, os editores apresentam o intuito de atingir tanto industriais e comerciantes como operários, camponeses e artesãos e de oferecer a todos, exatamente por ser um *Volkskalender* (calendário folclórico), um ‘momento de lazer amigável’ (FROTSCHER, 2007, p. 212). Em seus editoriais aparece a ideologia de que os imigrantes

² As imagens sobre este evento podem ser encontradas no vídeo feito pelo integralista blumenauense Alfredo Baungarten: www.youtube.com/watch?v=OJPDbQh0jak. Outra indicação de vídeo sobre o integralismo e o nazismo em Blumenau é “Anauê! O integralismo e o nazismo na região de Blumenau” (www.youtube.com/watch?v=srcitNSPXgQ).



alemães e seus descendentes no Brasil pertenciam, juntamente com os que moravam na Alemanha ou em outros países, a uma só comunidade racial e nacional alemã (idem, p. 229). O jornal Alvorada, que era o principal informativo integralista, destacou em editorial, no primeiro número, o lema do programa integralista: Deus, Pátria, Família. Seu proprietário, José Ferreira da Silva, foi o vereador mais votado, nas eleições de 1936. Nesta eleição, os integralistas receberam 70% dos votos (CRUZ, 2004). A aproximação destes com o nazismo pode ser exemplificada no fato do cônsul alemão, Oto Rohkohl, responsável pelo Departamento de Economia do Partido Nazista em Santa Catarina, ter uma filha inscrita na Seção Feminina da AIB de Blumenau (CRUZ, 2004).

Outro exemplo desta aproximação, está na resposta que Nereu Ramos deu, ao ser perguntado, no Rio de Janeiro, sobre a vitória dos seus adversários nas eleições municipais de 1936. Segundo ele:

Vou explicar essa vitória do integralismo, ou melhor do hitlerismo no meu estado. Digo hitlerismo, porque lá o fenômeno integralista não se apresenta com as características que esse partido tem em outras unidades da federação. Em todos os municípios em que o integralismo venceu, o elemento teuto predomina. A bandeira não é Plínio Salgado. É Hitler. Pergunta-se ao colono: “Você é integralista?” e ele responde: “Sou hitlerista!” É a mística do militarismo alemão, como bem definiu, em sua brilhante inteligência, o ministro Marques dos Reis (Correio de São Paulo, 1936 apud HACKERNHAAR, 2019).

Foi a partir daquele ano (1936), que iniciou os embates entre integralistas/nazistas e o governo. Nereu Ramos, por exemplo, através da portaria 117 de 05 de setembro, proibiu o uso de uniformes e de qualquer símbolo relacionados ao integralismo e vários conflitos com a polícia começaram a acontecer, resultando em prisões, feridos e mortes. Um caso emblemático, aconteceu em um salão em Rio do Serro, na estrada que liga Jaraguá do Sul a Blumenau. Lá estavam mais de duzentas pessoas e entre elas adeptos ao integralismo. “Visando dissolver a reunião, aconteceu tiroteio. Os que tentavam fugir eram agarrados e espancados; crianças eram atiradas ao chão; as paredes e o chão ficaram tintos de sangue. Ao final da investida, duas pessoas morreram e 82 ficaram feridas” (HACKERNHAAR, 2019, p. 73).

Já com a implantação do Estado Novo (1937) aconteceu a dissolução dos partidos políticos e, também, o encerramento da AIB. A partir de 1938, começou a ser implementada uma intensa e brusca campanha nacionalista. Em Santa Catarina, o processo iniciou com o interventor de Getúlio Vargas, o governador Nereu Ramos, determinando que as escolas particulares contratassem professores que falassem o português; a língua alemã ficou proibida; nomes de ruas e de estabelecimentos deveriam ser em português; jornais que não



fossem escritos em português foram proibidos de circular; associações que difundiam tradições de outras culturas foram impedidas de atuar. O Estado brasileiro e seus confederados passaram a criar uma nação unificada em um único tipo de povo: o nacional. Para tanto,

investiu maciçamente na padronização de comportamentos, através da erradicação das instituições sócio-culturais teuto-brasileiras, como clubes, associações desportivas e culturais, “escolas alemãs”, etc., a proibição de publicações de livros, jornais e periódicos em língua alemã, e a proibição do uso da mesma língua. Esta campanha colocou em prática, portanto, o projeto assimilacionista proposto pelos intelectuais defensores da teoria do branqueamento do início do século. (FROTSCHER, 1998, p.148).

O projeto nacionalista obrigou a assimilação forçada de imigrantes e descendentes visando à unidade nacional numa configuração luso-brasileira. “Nessa perspectiva, a imposição da língua vernácula tornou-se imprescindível inclusive para autores que não concordavam com os princípios mais repressivos e ostensivamente violentos da campanha” (SEYFERTH, 2004, p. 153). Neste projeto, constava, também, a formação de um tipo de cidadão-trabalhador brasileiro homogêneo em nível nacional e, para tanto, “o poder público passou a vigiar o mundo do trabalho e o espaço fabril, visando ajustá-lo ao novo universo fordista” (FROTSCHER, 1998, p. 145) nas relações de produção.

Para viabilizar este novo trabalhador nacional, formado pela campanha de nacionalização, o termo ‘trabalho alemão’ – elemento que serviu de argumento para se afirmar a cidadania do teuto-brasileiro - não poderia mais aparecer. Entretanto, tal campanha, não apresentava mecanismos para superar o imaginário construído durante o período da colonização, que enxergava os negros e seus descendentes, ou até os luso-brasileiros como preguiçosos, enquanto os teuto-alemães eram laboriosos e eficientes. Segundo Frotscher (1998), o jornal Blumenauense *Der Urwaldsbote*, em circulação até 1941 com esse nome, definia a população brasileira como ‘caos ético’ e os alemães como ‘superiores’.

Assim, através do Estado Novo, começa-se a internalizar nas pessoas formas de pensar os trabalhadores a partir de um padrão que se caracteriza por não ser malandro/preguiçoso, desobediente, distraído. Mas, com dedicação ao trabalho, entendendo este como afirmação de cidadania, operosidade e o amor ao trabalho como formas de preservação dos costumes e das tradições alemãs.

Para o Estado Novo, a brasilidade também estava relacionada com a criação de um tipo físico de brasileiro. Para tanto, ele buscou teses de educação física, saúde e higiene, que destacavam a necessidade do trato do corpo pelo exercício físico, higiene e, sobretudo, o aprimoramento eugênico da raça. “Neste ponto, é flagrante a simpatia que o Estado Novo tinha pela homogeneidade racial em favor dos arianos” (FROTSCHER, 1998). Tal



aproximação em Blumenau não foi minimizada. Pelo contrário os blumenauenses fizeram questão de manter a homogeneidade racial e, para tanto, desenvolveu estratégias de invisibilizar os negros e demais pobres da cidade.

A invisibilização dos negros/as em Blumenau

A política de invisibilização da população negra começou a ser efetivada quando em 17 de março 1948, o vereador Herbert Georg, pautou, na Câmara de Vereadores, a discussão sobre a situação da Favela Farroupilha e sugeriu à Câmara a instalação de uma comissão interna para estudar a questão (CIDADE DE BLUMENAU, 1948, p. 1). Localizada na margem esquerda do Rio Itajaí-Açu, esta favela era formada, basicamente, por negros provenientes de cidades como Gaspar, Ilhota, Itajaí, Tijucas, Porto Belo para formar parte da mão de obra na construção da estrada de ferro iniciada em 1907, pela empresa berlinense, Bachstein & Koppel, do qual participaram cerca de 1500 trabalhadores (SCHMIDT-GERLACH; KADLETZ; MARCHETTI, 2019). Tal discussão, levará a retirada de 150 famílias, em 1949, daquele local, para serem colocadas para de trás dos morros, longe dos olhares das classes e pessoas mais abastadas.

Aos olhos da elite da cidade, aquela favela prejudicava a beleza natural e deixava a mostra os intrusos, os deserdados da sorte, os pretos pobres da cidade. A comissão foi criada e dela fizeram parte o juiz de direito da Comarca, o presidente da Câmara, o vereador Herbert Georg, um filho do proprietário do terreno onde estava a favela e um vereador do PTB. Nenhum representante dos moradores da Farroupilha foi chamado para participar da comissão. Com essa indicação, fica evidente não só a exclusão estrutural, própria do capitalismo, mas também a exclusão em termos de cidadania e racismo, dos principais interessados: os moradores da favela (AVILA et al, 2014). Em 1949, perto da cidade completar 100 anos da colonização, o prefeito acatou a orientação da Câmara e expulsou as pessoas, obrigando-as a irem para a Rua Pedro Krauss Sênior e Rua Araranguá, locais estes considerados de alto risco de deslizamento, na parte alta e de enxurrada e enchentes nas partes baixas (MOSER, 2015). Dessa forma, as famílias negras passaram a ocupar os lugares de maior risco ambiental. E assim permanecem até os dias atuais.

Em Blumenau, as pessoas negras sempre foram minoria. Elas, ao longo da história da cidade tiveram poucos expoentes negros ou negras devido ao racismo estrutural que se vivia na cidade. Entretanto, nos anos de 1960, algumas poucas figuras negras da cidade despontaram e iniciaram alguns movimentos de organização dos afrodescendentes. Dos trilhos do trem, despontou Romário da Conceição Badia que, em 1954 se tornou presidente da Associação dos Ferroviários do Vale do Itajaí; em 1959 foi vereador, até 1962, quando ocupou, o cargo



de 1º e 2º secretário da Comissão de Educação, Cultura, Saúde Pública e Assistência Social. Fundou em 1961 a União Recreativa e Cultural “Cruz e Souza”, um clube para os/as negros/as da cidade. Tal associação foi reconhecida de utilidade pública pela Lei 1061/1961 (BLUMENAU, 1961).

Em 1962, Avandié Inácio de Oliveira, também chamado de “O Príncipe Negro” – cantor e radialista – criou o UCHC (União Catarinense dos Homens de Cor). Posteriormente, os integrantes do grupo começaram a denominar-se de uchiquianos e o nome foi grafado com a letra i, transformando-se em UCHIC (União Cultural dos Homens de Cor do Interior e Capital). Passando então a constituir-se numa entidade que além de racial, era também de classe (SILVA, 2011, p.4).

Desta organização, surgiu o jornal “O COLORED”, um informativo mensal do concurso da “miss mulata” de Santa Catarina”, organizado pelo UCHIC. O Concurso Individual Cultural Estadual Miss Mulata, foi criado em setembro de 1961 e, em sua primeira edição, contou com a colaboração de vários prefeitos da região (BLUMENAU, 2015, s/p). Foi criado, também o informativo “O Kings”, um órgão estadual de aproximação ao bem coletivo da União Catarinense dos Homens de Cor. As ações da UCHIC existiram até o final dos anos de 1980, realizando congressos, palestras e conferências. Outras expressões políticas negras na cidade só apareceram no início do século XXI, fruto de ações do movimento Cisne Negro, fundado em 21/03/2003, visando promover ações de combate ao racismo.

Em 2017, uma das principais lideranças do movimento negro da cidade, Lenilso da Silva, assumiu na Câmara de Vereadores, durante 30 dias, como vereador suplente. No jornal, Informe Blumenau de 07/09/2017 a notícia foi dada através do seguinte texto:

A loira e conservadora Blumenau e sua Câmara de Vereadores terão suas estruturas abaladas. Em novembro, o suplente de vereador Lenilso Silva (PT) assumirá uma cadeira no parlamento. É histórico, emblemático. Lenilso será o segundo negro a assumir. Também é homossexual assumido, um tabu no Legislativo da cidade. Lenilso é um ativista social nestas duas áreas e outras. É fundador do Movimento de Consciência Negra de Blumenau e do Coletivo LGBT Liberdade.

Chama a atenção o fato de que quando vereadores brancos, heteros assumem a vereança, não se coloca na notícia que eles são brancos, heteros etc. Mas, no caso do Lenilso, parte da imprensa que é, mas não se assume como racista, diz que a Câmara terá a “estrutura abalada” com a chegada do vereador. Uma lei importante para a cidade, de autoria do Lenilso e promulgada em 16/02/2018, foi a lei número 8562 que obriga a prefeitura a incluir a população negra em todas as campanhas publicitárias oficiais. Porém, diante do racismo estrutural vivido na cidade, essa lei não pegou.



Em 1991 havia, segundo dados do IBGE, 7.830 negros vivendo em Blumenau, o que correspondia a 3,69% da população. Segundo o censo de 2010, essa população subiu para 17.258 negros, chegando próximo de 10% da população. Atualmente a população negra de Blumenau não está muito acima desse patamar. Porém, Além de colocar as pessoas negras para trás dos morros, invisibilizando-as, essas pessoas sempre tiveram os trabalhos menos remunerados da cidade e sofreram diversos tipos de preconceitos, como podemos ver pelas declarações dadas por negros e negras, moradores de Blumenau, em entrevistas realizadas por nós. Os nomes dos entrevistados serão representados pelas iniciais.

JE, nascido em 1948, tinha pai (negro) pedreiro e a mãe (negra) lavadeira. Suas roupas eram obtidas através de escambo a partir do trabalho de sua mãe: “ela lavava roupa para uma senhora italiana que era costureira e, como pagamento costurava nossas roupas. Muitas casas de alvenaria que têm no Jaracumba, foi meu pai quem fez”. Quanto ao racismo, isso era diário, disse JE. “Minha professora dizia: ‘o neguinho, faz isso aqui’. Meus irmãos eram chamados de negros sujos, e gostavam de usar a gente, crianças pretas, para trabalhar pra eles como, por exemplo, buscar leite, ajudar a cortar trato para as vacas” (Entrevista realizada em /07/21). JE nunca teve professor/a negro/a. Hoje, JE é professor universitário aposentado, pós-doutor e escritor.

Outra entrevistada RO, nasceu em 1987. Seu pai (negro) era ferroviário e sua mãe (negra) trabalhava com serviços gerais (auxiliar de cozinha). Moravam no bairro Badenfurt, bem longe do centro. Sobre o contexto escolar ela nos diz: “não é muito bom lembrar, sofri preconceito quase todo dia” (Entrevista realizada em 11/2021). Segundo RO, não havia na sua escola outros negros ou negras que estudassem com ela e nem professor/a. Hoje, RO é professora municipal.

A negra SH, por sua vez, nasceu em Blumenau no ano de 1981. Seu pai (negro) foi segurança e trabalhava com caldeira. Sua mãe (negra), realizava serviços gerais na prefeitura. Entretanto, sua mãe conseguiu estudar e “se tornou educadora e enfrentou muita situação de racismo pois, ela foi uma das primeiras educadoras pretas de Blumenau”. Sobre o contexto escolar SH diz que foi, “infelizmente, muito atravessado pelo racismo, muito mesmo. Pelos professores e pelos alunos” (Entrevista realizada em 08/21). SH não teve professor/a negro/a. Atualmente, ela trabalha com projetos socioeducacionais.

No caso de TA, nascida em Blumenau em 1952, era filha de jogador de futebol e alfaiate (negro) e sua mãe (negra) era do lar. Os dois, segundo ela “viviam em um ambiente da alta sociedade. Eles foram o primeiro casal negro a entrar no Teatro Carlos Gomes”. Segue ela afirmando que “falava português e alemão e estudou no Sagrada Família e no Pedro II, onde



terminou o magistério”. Foi, diz ela, “uma criança muito feliz. Tive amigos na escola. Quando me chamaram de negra eu disse, sai fora alemão batata. Nunca mais me encheram”. TA, não teve professor/a negro/a. Quando perguntada se participava de religião de matriz africana, respondeu: “ah não! Nós somos normais (Entrevista realizada em 08/21)”. Atualmente, TA é professora e escritora.

TS, por sua vez, nascida em 1995, é filha de pai branco (pintor) e mãe negra (trabalhadora doméstica). Seus pais se separaram quando ela tinha, apenas, 1 ano. Seu avô materno era soldador e sua vó materna trabalhava como doméstica. “Minha infância sempre foi muito perto da pobreza e na escola sofri vários tipos de violência racial. Me chamavam de ‘bolinho queimado” (Entrevista realizada em (09/22). Também TS não teve professor/a negro/a e hoje, ela é psicóloga.

Pelos depoimentos, percebe-se que os/as trabalhadores/as mais velhos/as, pretos e pretas da cidade, tinham profissões de menor remuneração. Exceto uma pessoa, as demais sofreram racismo dentro da escola. Os depoimentos mostram, também, que estas pessoas conseguiram se qualificar profissionalmente e hoje exercem atividades profissionais que exigiram os conhecimentos universitários e, assim, mais bem remuneradas.

Entretanto, menos de 1% da população negra de Blumenau chega à universidade. Os locais e as moradas para as classes pobres – e aí estão a maioria dos negros e negras da cidade – “foram deixadas sob a responsabilidade das próprias famílias trabalhadoras, que com seus baixos salários, tiveram que enfrentar a escassez cada vez maior de terrenos” (SAMAGAIA, 2010, p. 76), fazendo com que Blumenau chegasse a ser, em 2010, a cidade catarinense com o maior número de favelas: um total de 23.131 dos estimados 330 mil moradores do município moravam nestas favelas (MOSER; IJUIM, 2015).

Em 2021, a situação não melhorou, como mostra reportagem do Jornal SANTA de 2021, onde se apresenta que o número de pessoas em extrema pobreza em Blumenau aumentou 11,7% em um ano, passando de 12.907 no começo de 2020 para 14.425 no início de 2021. Fazem parte desse grupo, pessoas com renda mensal de até R\$ 89,00, o que equivale a menos de R\$ 3,00 por dia (SANTA, 28/05/2021). Muitas localidades permanecem sem infraestrutura urbana adequada, muitas vezes ocupadas de formas ‘irregular’, localizadas longe da parte central da cidade. Algumas situações foram resolvidas pelos “apertamentos” do projeto minha casa minha vida.

Práticas racistas continuam acontecendo na “loura Blumenau”, não só com crianças pobres, pretas ou indígenas, mas com operários, advogados, estudantes universitários etc. Em 2012, por exemplo, a empresa Santa Rita Indústria de Auto Peças Ltda, foi condenada a pagar



multa, devido a humilhações e discriminações de caráter racial, que um funcionário negro sofreu dentro do ambiente de trabalho. De acordo com o trabalhador, havia desrespeito aos negros no ambiente de trabalho e que sempre foi alvo de piadas sem que os chefes tomassem qualquer medida para evitar o constrangimento. Nas portas dos banheiros da empresa havia ofensas racistas, segundo apurou o Ministério do Trabalho e Emprego após denúncia (Rede Brasil Atual, 2012).

Naquele mesmo ano, aconteceu prática de racismo dentro da Universidade Regional de Blumenau quando, um estudante zombou de um vigilante, fazendo sons de macaco em sua referência. Após o incidente, o vigilante acabou sendo demitido. Segundo o portal da justiça do trabalho (TRT da 12ª Região SC) tanto a FURB quanto a Brasil Sul (empresa terceirizada) tiveram que pagar R\$ 30 mil por danos morais, devido ao constrangimento sofrido pelo funcionário (JUSTIÇA DO TRABALHO, 2014).

As práticas racistas acontecem, também, com profissionais liberais negros, como foi o caso com o advogado Marcos, militante do movimento negro e praticante de religião de matriz africana que sofreu ameaças através de cartazes colocados na porta da sua casa e em postes na rua em que mora (UNEafro, 2017). Ou, pelo acontecido com o músico Raphael, de 23 anos, agredido enquanto esperava o ônibus em um ponto (ND+, Balanço Geral 20/02/2021). Assim, na cidade de Blumenau, a população constituída por uma maioria branca e com sua classe capitalista oriundas de avós e pais que foram simpáticos as teorias eurocêntricas, ao nazismo e ao integralismo, proporcionaram 75,28% ao candidato Bolsonaro na última eleição presidencial. Não porque ele apresentou algo novo, diferente, inovador. Pelo contrário, o que Bolsonaro apresentou, foi exatamente aquilo que muitos blumenauenses sempre defenderam pelas posturas eurocêntricas, nazistas e integralistas, passadas de pais para filhos. De avós para netos. De amigos para amigos: Deus, Pátria Família.

Novos rumos

Diante de tal realidade, o que pode ser feito para se ter uma cidade mais feliz e menos racista? Como mudar o caminhar dessa história? Como seria um outro tipo de cidade, mais solidária, menos competitiva, voltada mais para a natureza e menos para o capital? Teremos uma cidade que se preocupe, efetivamente, com as soluções de problemas da existência humana e não com os problemas do mercado? As respostas, obviamente, não são simples e nem fáceis, pois, romper com as estratégias de internalização nos seres humanos da lógica do capital requer transformações profundas. Assim como, não é simples apagar valores que historicamente estão internalizados em seres humanos como os do eurocentrismo, do nazismo e do integralismo.



Assim, sem a pretensão do “rigor científico eurocêntrico”, apresenta-se algumas considerações que podem vir a contribuir na formação de um esperar de novas relações dos quais devem participar pessoas negras/pardas, brancas antirracistas, educadores, lideranças comunitárias e políticas, religiosos e várias outras pessoas dispostas a romper com as práticas racistas e segregadoras vigentes na cidade.

É fundamental que se rompa com as perspectivas eurocêntricas, resgatando e ensinando outros saberes como, por exemplo, o saber da filosofia africana subsaariana, fundamentado no ubuntu, que prioriza a solidariedade entre as pessoas e destas com a natureza. Onde a terra é pensada “como mãe e cuidadora dos animais, plantas e minerais (Hampatté Bâ 1981, apud MACHADO, 2019, 58). Além disso, por esta cosmovisão, só existimos desde e com o coletivo pois, “a coletividade é a expressão máxima de justiça (MACHADO, 2019, p. 58) e, por ela, podemos encontrar mecanismos para resgatar os saberes e valores dos afrodescendentes, assim como, dos povos originários da América Latina e dos que aqui viviam.

Para que tenhamos novas formas de pensar, sentir e agir, é necessário que as pessoas conheçam outras perspectivas de vida que vá para além do viver bem. É importante que as crianças e jovens possam conhecer as propostas do bem-viver como um novo paradigma que nos faz despertar para uma consciência de que somos filhos da Mãe Terra, da Pachamama e que nos ensina “não a viver melhor, mas sim a viver bem com menos, cujas bases epistemológicas estão nos povos originários da América Latina (ARKONADA, 2010, p. 1).

É necessário fazer chegar nas comunidades que estão atrás dos morros da “loura Blumenau” os conhecimentos e as práticas da tecnociência solidária, entendendo-a como

a decorrência cognitiva da ação de um coletivo de produtores sobre um processo de trabalho que, em função de um contexto socioeconômico (que engendra a propriedade coletiva dos meios de produção) e de um acordo social (que legitima o associativismo), os quais ensejam, no ambiente produtivo, um controle (autogestionário) e uma cooperação (de tipo voluntário e participativo), provoca uma modificação no produto gerado cujo resultado material pode ser apropriado segundo a decisão do coletivo (empreendimento solidário) (DAGNINO, 2019, p. 62).

Essa tecnociência exige a participação, o empoderamento e autogestão com inclusão social e valorização da criatividade das pessoas envolvidas nos processos de solução dos seus problemas comunitários. Tais propostas devem apresentar tecnologias que sejam brandas (de baixo impacto ambiental), baratas e criativas, desvinculando-se de meras importações de modelos tecnológicos. Devemos passar modelos de tecnologias que estejam voltadas, única e exclusivamente, para as soluções de problemas concretos das pessoas de baixa renda.



Assim, as pessoas lá de trás dos morros, poderão solucionar seus problemas sem depender, apenas, da boa vontade dos governantes brancos e ricos.

É importantíssimo que se construa e se aplique uma educação para além do capital valorizando a criatividade das pessoas envolvidas nos processos de solução dos seus problemas comunitários. Tal educação, assume papel soberano não só na construção de estratégias “apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a automudança consciente dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente” (MÉSZÁROS, 2019, p. 65).

Estes produtores, organizados em suas comunidades, livremente associados poderão se tornar capazes de regular o seu processo de trabalho com base no tempo disponível, juntamente com a força conscientemente combinada dos demais indivíduos sociais e, uma das forças possíveis capaz de contribuir para o processo de transformação é a educação para além do capital. Através dela, podemos imaginar sujeitos negros e negras, índios e índias não mais excluídos, invisibilizados, mas sim, como seres humanos produtores livremente associados, capazes de solucionar suas demandas e ampliar sua qualidade de vida.

Conclusão

Vários casos racistas poderiam ser apresentados para exemplificar a situação que vivem pessoas negras hoje em Blumenau. Entretanto, o caráter dos dados apresentados, tem maior relevância qualitativa do que quantitativa. Eles estão aqui para mostrar que, se tais práticas ainda existem, elas não estão separadas daquele passado apresentado no início desse artigo. Se hoje, ainda se tem práticas racistas no interior das empresas, da universidade, nas ruas, nas escolas etc. de Blumenau é porque teve-se um tempo e um espaço em que foram legitimadas formas de pensar, sentir e agir, comum a um grupo social constituído por pessoas brancas, ricas e racistas. Se práticas e falas de um governante machista, homofóbico, racista, antidemocrático, mentiroso e inescrupuloso foi aprovada por quase 80% da população dessa “aldeia” Blumenau, é porque se teve, na história desta cidade, atores que construíram essa possibilidade. Essa é a nossa hipótese conclusiva.

Ao esconder o genocídio praticado pelos colonizadores sobre os povos originários, se tentou construir uma narrativa onde mostra os que aqui viviam como pessoas perigosas e que dificultavam o desenvolvimento da colônia. Entretanto, os que aqui chegaram, não foram capazes de se reconhecer como sendo eles, os invasores, os perigosos, os que ameaçavam a paz e a vida dos indígenas. Suas fundamentações teóricas não permitiam que assim se vissem. A partir do eurocentrismo, eles só se viam como seres superiores, civilizados e os



demais povos eram bárbaros, selvagens que deveriam ser domesticados e por serem inferiores, escravizados.

Quando o nazismo passou a ser defendido por “aldeões” de Blumenau, mais um salto significativo foi dado para ampliar as práticas racistas, ao ponto de expulsar pessoas negras do centro da cidade para lugares que os olhos da elite branca não vissem. Também o integralismo contribuiu para internalizar em vários blumenauenses a visão da supremacia branca sobre as demais raças e os valores da tradição e dos bons costumes pelo slogan “Deus, Pátria e Família”. Quando, porém, o Estado Novo, começou a proibir que se falasse o alemão, que se tivesse nomes de ruas de personagens alemães; quando passou a fechar os clubes da tradição alemã e a prender pessoas por se dizerem mais alemãs que brasileiras, tudo isso contribuiu para que os valores alemães e suas identidades ficassem ainda mais fortes na memória cultural dos teuto-brasileiros.

As crianças negras que aqui nasceram não tiveram a história do seu povo contada. Não tiveram professores/as negros/as. Foram submetidas aos princípios e valores das igrejas europeias e viveram diversas formas de racismo no interior das escolas sem que houvesse represálias para os agressores. Essas crianças foram e são “o negrinho” ou “a negrinha” que serve para fazer este ou aquele serviço para a pessoa branca. Era a criança do “cabelo ruim”, o “bolinho queimado”. Mas, também o invisibilizado, que vivia atrás do morro, que não devia ser visto.

E como viverão as crianças negras e indígenas blumenauenses no futuro? Tal resposta não é simples. Há que se mudar muitos paradigmas. Novas estratégias de educação não de ser viabilizadas e novas práticas anticapitalistas deverão ser pensadas. Novas cosmologias. Novas formas de pensar, sentir e agir que não reproduzam os votos em velhas propostas que levaram o avanço do conservadorismo, do racismo, da invisibilização, da segregação e das várias homofobias cravejadas no discurso de uma direita conservadora.

Esperamos (do verbo esperar), que com uma educação para além do capital, com a tecnociência solidária e com a difusão de teorias não eurocêntricas, novas práticas poderão existir e uma nova cidade poderá ser efetivamente construída. Sabendo, porém, que tal mudança está no campo da utopia e a utopia nos serve para continuarmos em movimento rumo ao novo. Rumo ao esperar.

Referência

AVILA, Maria Roseli Rossi et al. **Território oculto: o escondimento da pobreza em Blumenau. 2º Seminário Nacional de Planejamento e Desenvolvimento.** Florianópolis: UDESC. Setembro, 2014.



- ARKONADA, Katu. Descolonização e viver bem são intrinsecamente ligados. IHU On-Line. <https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/3439-katu-arkonada>. 2010. Acesso 13/12/2022
- BUTZKE, Luciana; THEIS, Ivo M.; SANTOS, Nelson Afonso Garcia. **Migração, raça e a questão regional no Brasil: uma leitura da contribuição de Giralda Seyferth**. Revista Redes (St. Cruz do Sul, Online), v.27, 2022.
- CORBISIER, Roland. **Hegel (textos escolhidos)**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1981.
- CRUZ, Natalia dos Reis. **O integralismo e a questão racial. A intolerância como princípio**. Tese. Curso de Pós Graduação em História. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2004.
- FROTSCHER, Méri. **Etnicidade e trabalho alemão: outros usos e outros produtos do labor humano**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis: UFSC, 1998.
- HACKENHAAR, Clayton. **O integralismo em Santa Catarina e a tentativa de golpe em março de 1938**. Tese. Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre: UFRGS, 2019.
- INFORME BLUMENAU**. 07/09/2017 - <https://www.informeblumenau.com/blumenau-tera-um-vereador-negro-e-gay/>. Acesso 22/10/2022
- JORNAL DIÁRIO DA NOITE**. Rio de Janeiro. 1944.
- JORNAL CIDADE DE BLUMENAU**, Blumenau, 1948.
- JORNAL SANTA, 28/05/2021. Disponível em www.nsctotal.com.br/noticias/cresce-numero-de-pessoas-em-extrema-pobreza-em-blumenau-durante-a-pandemia. Acesso 11/12/2021
- JUSTIÇA DO TRABALHO, (2014). portal.trt12.jus.br/index.php/noticias/caso-de-racismo-na-furb-resulta-em-danos-morais-de-r-30-mil. Acesso 22/11/2022.
- LEITE, Ilka Boaventura (org.) **Negos no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996
- MACHADO, Adilbênia Freire. Filosofia africana: ética de cuidado e de pertencimento ou uma poética de encantamento. Paraíba. **Problemata: Revista Internacional de filosofia**. V. 10. N.2. UFPB. 2019
- MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. E ed. São Paulo: Boitempo, 2008
- MOSER, Magali. **Negra Blumenau: a cidade que não é notícia catarinas**. info/a-cidade-que-nao-e-noticia/ 2016.
- MOSER, Magali. A indisfarçável favelização em Blumenau. In: **Blumenau em Cadernos**. T.51, n.2, mar/abr. 2010.



MOSER, Magali. IJUIM, Jorge K. A prática da invisibilidade social sobre as áreas de concentração de pobreza na imprensa de Blumenau (SC). In: **Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos (REBELA)** Florianópolis, V.5, n.1, jan/mar. 2015.

ND+ (04/10/2022). ndmais.com.br/seguranca/policia/denuncia-de-racismo-durante-aula-em-universidade-de-sc-mobiliza-pm-e-expoe-problema-enraizado/. Acesso 30/11/2022.

PETRI, Sueli Maria Vanzuita. **A presença do negro na região de Blumenau**. Jornal de Santa Catarina. Blumenau: 13 de maio de 1988.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005

REDE BRASIL ATUAL (2012). www.redebrasilatual.com.br/trabalho/empresa-de-blumenau-e-condenada-a-indenizar-trabalhador-por-pratica-de-racismo/ Acesso 11 de novembro, 2022.

RENAUX, Maria Luiza. **Vida de Pedro Wagner: uma faceta do império no Vale do Itajaí**. Blumenau: EDIFURB, 2000.

SAMAGAIA, Jacqueline. **Globalização e cidade: reconfiguração dos espaços de pobreza em Blumenau/SC**. Tese Doutorado. UFSC Florianópolis, , 2015.

SEYFERTH, Giralda. **Nacionalismo e identidade étnica**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982. p. 61.

SEYFERTH, Giralda. A ideia de cultura teuto-brasileira: literatura, identidade e os significados da etnicidade. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre: ano 10, n. 22, p. 149-197, jul./dez. 2004.

SILVA, José Ferreira da. O natal da Bugrinha. **Blumenau em Cadernos**. Tomo III. N.12, dezembro de 1960.

SILVA, Rogério Reis. Capoeira na terra de alemão: o reflexo cultural e a socialização contemporânea. Florianópolis: **Revista Ágora**, n. 41. 2005

UNEAFFRO. Sítio Eletrônico. <https://uneafrobrasil.org/923-2/>

VOIGT, André F. **Imigrantes entre a cruz e a espada: imigração alemã, confissão religiosa e cidadania no Vale do Itajaí (1847 – 1868)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós- Graduação em História. UFSC: Florianópolis, 1999.

ZANELATTO, João Henrique. Anauê, Alvorada e flama verde: a imprensa integralista e as disputas pelo poder político em Santa Catarina. Passagens. **Revista internacional de história política e cultura jurídica**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense. V. 5, núm. 3, set./dez, 2013, p. 377-396.